



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, julho/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Menezes Silva

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 6, junho 2006. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em junho, o Governo Central registrou superávit de R\$ 5,9 bilhões, contra R\$ 2,9 bilhões no mês anterior. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,1 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,2 bilhões e de R\$ 73,1 milhões, respectivamente.

No acumulado do ano, o superávit do Governo Central foi de R\$ 38,3 bilhões, R\$ 19,4 milhões inferior ao verificado em período equivalente de 2005. O resultado, como percentual do PIB estimado, apresenta queda, passando de 4,18% em 2005 para 3,87% do PIB em 2006, ainda em linha com a meta de 4,25% do PIB estabelecida para o setor público consolidado (Governo Central, Estatais Federais e Governos Regionais).

No primeiro semestre de 2006, o resultado primário do Governo Central foi de R\$ 38,3 bilhões, equivalente a 3,87% do PIB.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	MAI 2006	JUN 2006	JAN-JUN 2005	JAN-JUN 2006
I. RECEITA TOTAL	42.325,2	44.371,9	235.142,5	261.119,8
I.1. Receitas do Tesouro	32.633,4	34.589,6	185.346,4	205.175,5
I.1.1. Receita Bruta (1)	33.058,6	36.137,3	189.860,2	208.853,5
I.1.2. (-) Restituições	-425,2	-1.547,7	-4.513,8	-3.678,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	9.573,3	9.655,5	49.029,3	55.225,9
I.3. Receitas do Banco Central	118,5	126,8	766,9	718,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.673,4	7.924,1	41.506,8	45.727,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (II-I)	33.651,8	36.447,8	193.635,8	215.392,8
IV. DESPESA TOTAL	30.706,6	30.556,7	155.267,2	177.043,7
IV.1. Despesas do Tesouro	17.691,8	17.544,4	89.398,4	102.032,8
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.463,2	7.801,3	43.583,5	48.543,3
IV.1.2. Custeio e Capital	10.172,3	9.690,1	45.494,1	53.192,2
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.056,9	1.260,1	4.368,6	5.701,2
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	596,8	540,9	3.136,8	4.145,1
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.010,2	1.015,0	4.247,8	5.459,3
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.508,4	6.874,1	33.740,9	37.886,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	56,3	53,0	320,8	297,4
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	12.884,8	12.812,4	65.118,6	74.201,2
IV.3. Despesas do Banco Central	130,0	199,8	750,1	809,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	2.945,2	5.891,2	38.368,5	38.349,1
V.1. Tesouro Nacional	6.268,2	9.121,1	54.441,2	57.415,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-3.311,5	-3.156,8	-16.089,3	-18.975,3
V.3. Banco Central (4)	-11,5	-73,1	16,7	-91,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,18%	3,87%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

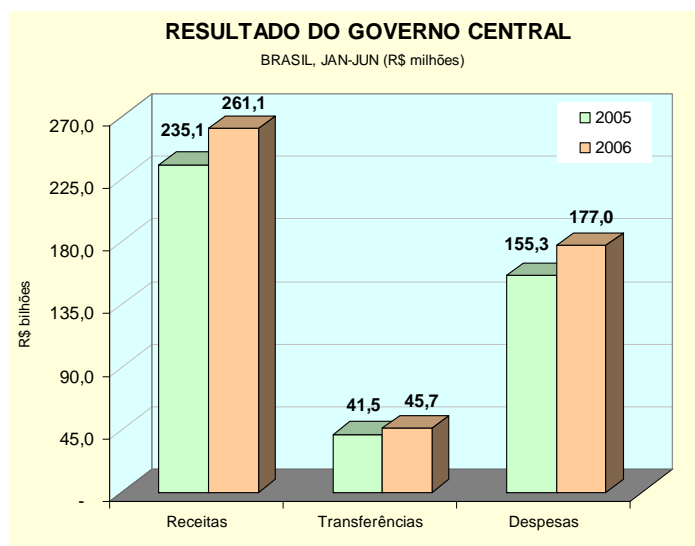
PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2006/2005	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	11,0%
Tesouro	10,7%
Previdência	12,6%
Transferências	10,2%
Receita Líquida	11,2%
Despesas	14,0%
Benefícios	13,9%
Pessoal	11,4%
Custeio e Capital	16,9%

Em junho, a receita bruta do Tesouro totalizou R\$ 36,1 bilhões, contra R\$ 33,1 bilhões no mês anterior. O incremento de R\$ 3,1 bilhões no mês deve-se à arrecadação de impostos (aumento de R\$ 5,0 bilhões) e contribuições sociais (R\$ 378,6 milhões), estando associado aos seguintes fatores: i) recolhimento

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	5,93%	5,80%
Previdência Social	-1,75%	-1,92%
Banco Central	0,00%	-0,01%
Governo Central	4,18%	3,87%

semestral do IRRF-rendimentos de capital, em conformidade com a Lei nº 10.982/2004; e ii) arrecadação do IRPJ e CSLL referente ao setor de petróleo, a qual superou em R\$ 900,0 milhões a do mês anterior. No que se refere às demais receitas, houve queda de R\$ 2,3 bilhões, basicamente em função da redução no pagamento de dividendos das empresas nas quais a União detém participação acionária (R\$ 156,1 milhões, em junho, contra R\$ 2,1 bilhões, em maio) e na receita diretamente arrecadada (R\$ 1,0 bilhão, em junho, contra R\$ 1,2 bilhão, em maio). O recolhimento da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural manteve-se praticamente estável (R\$ 880,8 milhões, em junho, contra R\$ 846,0 milhões, em maio).

Em 2006, o resultado do Governo Central como proporção do PIB caiu 0,30 ponto percentual, apesar da elevação de 0,68 ponto percentual da receita. Isso porque as despesas cresceram relativamente mais (0,98 p.p.), com destaque para os benefícios da previdência social (0,40 p.p.).



RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	25,60%	26,38%
Transferências	4,52%	4,62%
Receita Líquida	21,08%	21,76%
Despesa Total	16,91%	17,88%
Resultado Primário	4,18%	3,87%

No primeiro semestre, a receita bruta do Tesouro Nacional cresceu R\$ 19,0 bilhões (10,0%) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o montante de R\$ 208,9 bilhões. Impostos e contribuições se elevaram em 9,5% e 6,5%, respectivamente, reflexo: i) do aumento no recolhimento do IRPJ e da CSLL pelo setor de refino de petróleo; ii) da recuperação de débitos em atraso referentes ao setor de extração de minerais metálicos; e iii) da retomada do pagamento regular por parte de algumas instituições financeiras que, no ano de 2005, estavam com demanda judicial relativa ao IRPJ. As medidas de desoneração tributária adotadas recentemente (estímulo ao investimento produtivo, redução de impostos para as famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, estímulo à poupança de longo prazo e a pequenas e médias empresas e incentivo à inovação) contribuíram para que a evolução da receita arrecadada a título de tributos e contribuições não fosse tão significativa. As demais receitas, por sua vez, cresceram 25,7% no acumulado do ano. Isso se deve ao incremento do pagamento de dividendos nas quais a União

possui participação acionária, ao volume recolhido a título de cota-parte de compensações financeiras e à evolução do pagamento referente às concessões.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 7,9 bilhões em junho contra R\$ 8,7 bilhões em maio, apresentando redução de R\$ 749,3 milhões. Concorreram para tal diferença os seguintes fatores: i) inexistência de repasse referente ao pagamento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras na exploração de petróleo e gás; e ii) diminuição da base de cálculo do FPE e do FPM, em consequência do comportamento dos impostos partilhados (IR e IPI).

Em contrapartida, houve acréscimo significativo no repasse referente ao auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações (Lei Complementar nº 115/2002). Foram transferidos R\$ 812,5 milhões, o que corresponde a 5/12 da dotação consignada para esse fim na Lei Orçamentária Anual (LOA). Trata-se do valor referente ao mês de junho somado aos valores acumulados entre janeiro e abril, os quais não foram repassados à época por conta da aprovação tardia do orçamento.

No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios se elevaram de R\$ 41,5 bilhões para R\$ 45,7 bilhões (10,2%), o que representa aumento de 0,1 ponto percentual do PIB (de 4,52% para 4,62% do PIB).

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 17,5 bilhões em junho, contra R\$ 17,7 bilhões no mês anterior, redução de R\$ 147,4 milhões. Os gastos com custeio e capital se reduziram em 4,7%, basicamente em decorrência da diminuição das despesas discricionárias. Por sua vez, os gastos com pessoal e encargos sociais apresentaram elevação, passando de R\$ 7,5 bilhões, em maio, para R\$ 7,8 bilhões, em junho. O aumento de R\$ 338,1 milhões deve-se, principalmente, ao adiantamento de parcela do 13º salário (gratificação natalina) dos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário e ainda não reflete a edição, nas últimas duas semanas de junho, de várias medidas provisórias relacionadas à reorganização de carreiras do funcionalismo público federal.

No semestre, as despesas do Tesouro totalizaram R\$ 102,0 bilhões, contra R\$ 89,4 bilhões no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 12,6 bilhões em relação a 2005. As despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 5,0 bilhões (11,4%) e R\$ 7,7 bilhões (16,9%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas discricionárias (R\$ 2,2 bilhões), do seguro-desemprego e demais despesas do FAT (R\$ 1,3 bilhão), dos benefícios da LOAS/RMV (R\$ 1,2 bilhão) e dos subsídios e subvenções (R\$ 1,0 bilhão).

No acumulado do ano, as transferências a estados e municípios se elevaram de R\$ 41,5 bilhões para R\$ 45,7 bilhões (10,2%).

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,75%	4,90%
Custeio e Capital	4,95%	5,37%
Despesas do FAT	0,48%	0,58%
Subsídios e Subvenções /1	0,34%	0,42%
LOAS/RMV	0,46%	0,55%
Outras	3,87%	3,83%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

O déficit da Previdência Social atingiu R\$ 19,0 bilhões no primeiro semestre de 2006, refletindo o incremento na quantidade de benefícios e no valor médio pago.

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 19,0 bilhões no semestre, contra R\$ 16,1 bilhões em igual período de 2005. O déficit primário do RGPS situou-se 0,16 ponto percentual acima do observado em 2005, alcançando 1,92% do PIB.

A arrecadação líquida atingiu o montante de R\$ 55,2 bilhões, com crescimento de 12,6% em relação ao mesmo período de 2005. Tal acréscimo é consequência do comportamento favorável em termos de geração de novos postos formais de trabalho e da evolução da massa salarial (crescimento de 11,78% no acumulado do ano) sobre a qual incide a contribuição previdenciária.

Quando comparadas as médias referentes ao primeiro semestre dos exercícios de 2006 e de 2005, torna-se clara a considerável ampliação do contingente de novos benefícios, com as seguintes variações no estoque: i) 463,7 mil aposentadorias (3,6%); ii) 219,1 mil benefícios referentes ao LOAS (10,3%); e iii) 156,4 mil pensões por morte (2,7%).

Adicionalmente, cabe salientar que a despesa com benefícios previdenciários tem sido impactada sobremaneira pelo pagamento de sentenças judiciais, especialmente as referentes às requisições de pequeno valor advindas dos juizados especiais federais.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em junho, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 36,1 bilhões, R\$ 3,1 bilhões (9,3%) acima da arrecadação do mês de maio. Entre as receitas administradas pela SRF, os principais itens que contribuíram para essa elevação foram: i) recolhimento semestral do IRRF-rendimentos de capital, que passou de R\$ 1,0 bilhão, em maio, para R\$ 4,7 bilhões, em junho; ii) arrecadação relativa ao IRPJ e CSLL, que, em conjunto, apresentou incremento de R\$ 1,2 bilhão, devido principalmente à arrecadação atípica, no valor de R\$ 420,0 milhões no IRPJ, e ao crescimento na arrecadação relativa ao setor de petróleo; iv) acréscimo de R\$ 189,0 milhões na arrecadação do item IRRF-remessas para o exterior, em decorrência do maior volume de remessas relativas a rendimentos do trabalho de residentes no exterior.

As demais receitas do Tesouro apresentaram redução de R\$ 2,3 bilhões (45,2%), em função do recolhimento dos dividendos da Petrobras, BNDES e CEF ocorridos em maio.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,34%	5,58%
Benefícios	7,09%	7,50%
Resultado Primário	-1,75%	-1,92%

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ^{1/}		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/06	JUN/06
Impostos	12.872,0	17.842,7
Imposto de Renda	9.449,9	14.247,8
IPÍ	2.053,3	2.223,1
Outros	1.368,8	1.371,8
Contribuições	15.167,4	15.546,0
Cofins	7.389,3	7.461,8
CPMF	2.469,1	2.599,6
CSLL	1.933,7	2.098,8
Cide - Combustíveis	647,7	640,2
Outras	2.727,6	2.745,6
Demais	5.019,2	2.748,6
Cota parte	846,0	880,8
Diretamente Arrecadada	1.236,0	1.027,8
Dividendos da União	2.144,9	156,1
Pagamento Unificado ^{2/}	-	-
Outras	792,3	683,9
Total Bruto	33.058,6	36.137,3

^{1/} Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

^{2/} Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

De janeiro a junho de 2006, a receita bruta do Tesouro atingiu 21,10% do PIB, contra 20,67% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, somou R\$ 209,0 bilhões neste ano, registrando acréscimo da ordem de R\$ 19,0 bilhões (10,0%), comparativamente ao acumulado de janeiro a junho de 2005. Essa variação é explicada, principalmente, pelos seguintes fatores que refletiram positivamente na arrecadação das receitas administradas pela SRF: i) crescimento de R\$ 317,0 milhões no recolhimento do IPI-Automóveis, em decorrência, basicamente, do aumento no volume de vendas no mercado interno; ii) arrecadação a maior em R\$ 636,0 milhões do item IRPF relativa à declaração de ajuste anual e acréscimos legais; iii) incremento de R\$ 3,7 bilhões no recolhimento do IRPJ e de R\$ 1,4 bilhão na CSLL, explicados pela elevação na arrecadação do setor de refino de petróleo, recuperação de débitos em atraso referentes ao setor de extração de minerais metálicos e retomada do pagamento regular por parte de algumas instituições financeiras que, em 2005, estavam com recolhimento suspenso por demanda judicial relativa ao IRPJ.

Em contrapartida, houve queda na arrecadação do item IPI-Outros, com a arrecadação passando de R\$ 6,0 bilhões no acumulado até junho de 2005, para R\$ 5,8 bilhões, em igual período de 2006. Esse resultado é explicado pela redução para zero das alíquotas referentes a bens de capital e a insumos da construção civil e arrecadação atípica ocorrida em janeiro de 2005, referente a auto de infração no valor de R\$ 137 milhões, sem correspondência no primeiro semestre deste ano.

No primeiro semestre de 2006, as demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 27,5 bilhões, contra R\$ 21,8 bilhões no mesmo período do ano anterior, representando acréscimo de R\$ 5,6 bilhões (25,7%). Os principais fatores que contribuíram para esse comportamento foram:

i) a receita com dividendos da União que passou de R\$ 3,0 bilhões, em 2005, para R\$ 6,4 bilhões, em 2006. Os principais ingressos dessa natureza no primeiro semestre deste ano foram: Petrobras (R\$ 2,3 bilhões), Banco do Brasil (R\$ 1,2 bilhão), Caixa Econômica Federal (R\$ 1,1 bilhão) e BNDES (R\$ 1,2 bilhão);

ii) maior recolhimento da cota-parte de compensações financeiras e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural, em razão, principalmente, dos elevados níveis do preço do petróleo no mercado internacional. No primeiro semestre de 2006, foram arrecadados R\$ 8,7 bilhões, frente a R\$ 7,0 bilhões ingressados em igual semestre de 2005, representando acréscimo de R\$ 1,7 bilhão (24,5%);

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	8,77%	8,91%
Imposto de Renda	6,62%	6,82%
IPI	1,35%	1,30%
Outros	0,81%	0,79%
Contribuições	9,52%	9,41%
Cofins	4,56%	4,41%
CPMF	1,56%	1,53%
CSLL	1,42%	1,44%
Cide - Combustíveis	0,41%	0,38%
Outras	1,57%	1,64%
Demais	2,38%	2,78%
Cota parte	0,76%	0,88%
Diretamente Arrecadada	0,72%	0,78%
Dividendos da União	0,33%	0,64%
Pagamento Unificado /1	0,17%	0,00%
Outras	0,40%	0,48%
Total Bruto	20,67%	21,10%

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

iii) acréscimo de R\$ 1,0 bilhão (16%), comparativamente ao primeiro semestre do ano anterior, na arrecadação das receitas próprias dos órgãos da administração pública, receitas diretamente arrecadadas, principalmente com taxas de serviços, destacando-se a taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações arrecadada pela Anatel; e

iv) incremento de R\$ 587,0 milhões no ingresso decorrente das receitas com concessões, em razão do recolhimento de R\$ 556,4 milhões de bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, sem correspondência no primeiro semestre de 2005.

Transferências a Estados e Municípios

Em junho, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 7,9 bilhões, contra R\$ 8,7 bilhões em maio. As transferências constitucionais para FPE e FPM apresentaram redução de R\$ 136,3 milhões em relação ao mês anterior. Essa redução está associada à transferência, no início de maio, relativa à arrecadação do terceiro decêndio de abril (primeira cota ou cota única das declarações de ajuste anual do IRPF e apuração trimestral do IRPJ) e ao início do processo das restituições do IRPF.

As demais transferências foram menores (R\$ 1,3 bilhão) devido à sazonalidade do repasse de recursos provenientes da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. No mês, esses repasses foram de R\$ 627,2 milhões, contra R\$ 1,6 bilhão, em maio. Em contrapartida, houve acréscimo no repasse referente ao auxílio financeiro a estados e municípios para fomento às exportações (Lei Complementar nº 115/2002). Foram transferidos R\$ 812,5 milhões, correspondentes ao período de janeiro a abril e o respectivo mês de junho, os quais não haviam sido repassados à época por conta do atraso na aprovação da Lei Orçamentária Anual (LOA). A parcela referente a maio foi repassada normalmente naquele mês.

No semestre, as transferências a estados e municípios perfizeram 4,62% do PIB, representando acréscimo de 0,10 ponto percentual em relação a igual período de 2005. Em valores nominais, acumulam o montante de R\$ 45,7 bilhões, contra R\$ 41,5 bilhões do primeiro semestre do anterior, apresentando aumento de R\$ 4,2 bilhões (10,2%). Esse acréscimo decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) incremento de R\$ 3,7 bilhões nas transferências constitucionais para FPE e FPM, em função da maior arrecadação do IR e IPI, base de cálculo desses repasses; e ii) acréscimo de R\$ 996,2 milhões nas transferências a título de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural, em razão, principalmente, do aumento do preço do petróleo no mercado internacional.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/06	JUN/06
Constitucionais (IR, IPI e outros)	6.420,0	6.283,6
CIDE-Combustíveis	-	-
Desoneração do ICMS	162,5	812,5
Demais	2.091,0	828,0
Total	8.673,4	7.924,1

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR+IPI)		
	R\$ milhões	
Decêndio	MAI/06	JUN/06
Terceiro Decêndio	8.788,3	5.698,5
Primeiro Decêndio	3.335,3	5.991,1
Segundo Decêndio	2.035,7	2.089,9
Total	14.159,2	13.779,5

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	32.092,8	35.801,0
CIDE - Combustíveis	870,0	861,5
Lei Complementar nº 115/2002	2.149,2	1.422,2
Demais	6.394,6	7.642,3
Total	41.506,6	45.727,0

Em junho, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 17,5 bilhões, apresentando queda de R\$ 147,4 milhões (0,8%) relativamente a maio. Parte dessa variação (queda de 4,7%), referiu-se a despesas de custeio e capital – concentrada nos gastos com subsídios e subvenções econômicas (queda de 9,4%) e demais despesas de custeio e capital (queda de 8,4%). Por outro lado, as despesas do FAT foram as que apresentaram maior incremento percentual (19,2%) – equivalente a R\$ 203,2 milhões.

As despesas de pessoal e encargos sociais cresceram 4,5% (R\$ 338,1 milhões) em relação ao mês anterior, explicadas, principalmente, pelo adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (gratificação natalina) aos servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Não obstante a queda verificada nas despesas com custeio e capital, os dispêndios relativos ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT apresentaram aumento de R\$ 203,2 milhões, devido às notificações do governo aos trabalhadores para recebimento do benefício em função do encerramento do exercício referente ao abono PIS/Pasep 2005/2006.

A queda nas despesas com subsídios e subvenções econômicas decorreu, principalmente, dos gastos com o Programa Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 142,3 milhões), Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social – PSH (R\$ 59,8 milhões) e Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 45,3 milhões). Por outro lado, houve incremento nas despesas com o Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA (R\$ 78,5 milhões), o Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R\$ 58,4 milhões) e o Fundo da Terra (R\$ 21,3 milhões). No âmbito do AGF, a redução nas despesas deveu-se, principalmente, às vendas líquidas de trigo, período de entressafra.

No âmbito das demais despesas de custeio e capital, houve incremento de R\$ 135,4 milhões com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) e R\$ 121,2 milhões na execução das despesas decorrentes de créditos extraordinários.

As despesas discricionárias apresentaram queda de R\$ 903,0 milhões (13,4%) relativamente a maio, concentradas principalmente nos Ministérios da Saúde (R\$ 480,7 milhões), Desenvolvimento Agrário (R\$ 202,0 milhões) e Educação (R\$ 129,5 milhões).

No primeiro semestre de 2006, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,31% do PIB, contra 9,73% do PIB no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 12,6 bilhões (14,1%) em relação a 2005, acima do crescimento nominal do PIB no período (7,8%).

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAI/06	JUN/06
Pessoal e Encargos	7.463,2	7.801,3
Custeio e Capital	10.172,3	9.690,1
Despesas do FAT	1.056,9	1.260,1
Subsídios e Subvenções /1	596,8	540,9
LOAS/RMV	1010,2	1015,0
Outras	7.508,4	6.874,1
Transferência ao Bacen	56,3	53,0

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	MAI/06	JUN/06
Agricultura	307,0	208,5
Custeio Agropecuário	10,6	16,2
Investimento Rural	0,1	0,1
Preços Agrícolas	198,0	60,6
- EGF	0,2	0,2
- AGF	157,5	15,2
- Sustentação de preços	40,3	45,2
Pronaf	86,6	41,3
Pesa	11,7	90,3
Cacau	-	-
Fundo da Terra/Incra	0,1	21,4
Outras áreas	112,5	133,9
Habitação (PSH)	142,4	82,6
Exportação (Proex)	22,7	81,2
FND (BNDES)	(52,8)	(51,3)
Total	419,6	342,4

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

/2 Dados revisados

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Destacam-se os incrementos de R\$ 5,0 bilhões (11,4% ou 0,16 ponto percentual do PIB) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 7,7 bilhões (16,9% ou 0,42 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUN (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,75%	4,90%
Custeio e Capital	4,95%	5,37%
Despesas do FAT	0,48%	0,58%
Subsídios e Subvenções /1	0,34%	0,42%
LOAS/RMV	0,46%	0,55%
Outras	3,67%	3,83%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,75% do PIB, em 2005, para 4,90% do PIB, em 2006. Cabe lembrar que, em 2005, houve pagamento de duas parcelas (janeiro e junho) dos 28,86% devidos aos servidores do Poder Executivo, ao passo que em 2006 houve pagamento de apenas uma parcela (janeiro). No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal foi de R\$ 2,3 bilhões, dos quais R\$ 753,8 milhões relativos aos precatórios de pessoal das Justiças do Trabalho e Federal. Do incremento observado no Poder Executivo (R\$ 2,7 bilhões), R\$ 1,4 bilhão decorreu da reestruturação da carreira dos servidores militares.

As despesas com pessoal e encargos sociais continuam representando uma proporção menor das despesas do Tesouro – 47,6% em 2006, contra 48,8% em comparação ao ano anterior, enquanto as despesas de custeio e capital corresponderam, no mesmo período, a 52,1%, contra 50,9% em 2005.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,95% para 5,37% do PIB, registrou o maior crescimento a rubrica ‘outras despesas de custeio e capital’ (0,15 p.p. do PIB).

As despesas com LOAS/RMV aumentaram 28,5% em 2006. A média dos benefícios emitidos no primeiro semestre é 10% superior à média de igual período do ano anterior.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2006						
	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média jan-jun/05	2.121.352		971.478		1.149.874	
média jan-jun/06	2.340.455	10%	1.102.386	13%	1.238.068	8%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 1,2 bilhão (28,5%) em relação ao acumulado até junho de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário mínimo em 2006 e o crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 10,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,1 milhão foram destinados aos idosos e 1,2 milhão aos portadores de deficiência.

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 4,1 bilhões no primeiro semestre de 2006, aumento de R\$ 1,0 bilhão, grande parte explicado pelas subvenções aos fundos regionais (R\$ 904,3 milhões). Além disso, houve incremento nas despesas devido à capitalização da Empresa Gestora de Ativos – Emgea (R\$ 291,4 milhões).

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda em relação ao ano anterior, com destaque para as despesas do Fundo Nacional de Desenvolvimento (R\$ 407,1 milhões), Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R\$ 253,0 milhões), Programa de Aquisição Governo Federal – AGF (R\$ 93,7 milhões), Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 71,7 milhões) e Programa Especial de Saneamento de Ativos – PESA (R\$ 45,6 milhões). Por outro lado, houve incremento nos seguintes programas: i) Investimento Rural (R\$ 273,2 milhões); e ii) Sustentação de Preços (R\$ 261,3 milhões), em função da maior necessidade de intervenção no mercado.

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, verificou-se aumento de R\$ 4,1 bilhões em relação ao primeiro semestre de 2005. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO de 2006), totalizaram R\$ 846,4 milhões em 2006, contra R\$ 37,3 milhões no ano anterior. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no período atingiu R\$ 984,4 milhões.

As despesas com sentenças judiciais aumentaram em R\$ 250,0 milhões (39,1%) em relação ao ano passado. Houve também elevação de R\$ 767,6 milhões (366,1%) com execução de despesas por conta de créditos extraordinários. Os gastos discricionários cresceram R\$ 2,2 bilhões (7,2%), dos quais R\$ 1,4 bilhão correspondeu à despesa com o Ministério da Saúde. Houve também crescimento significativo dessas despesas nos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 706,8 milhões) e da Educação (R\$ 536,3 milhões). Destaca-se ainda a redução das despesas do Ministério da Defesa (R\$ 433,8 milhões), do Desenvolvimento Agrário (R\$ 215,7 milhões) e da Previdência Social (R\$ 111,4 milhões).

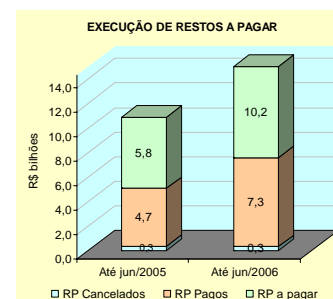
Com relação à execução de restos a pagar (RP) no primeiro semestre de 2006, o montante pago correspondeu a R\$ 7,3 bilhões, equivalente a 41,6% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 35,6% no mês anterior e 44,9% no mesmo período de 2005. Dos restos a pagar pagos até junho, R\$ 4,0 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 33,2% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 1,2

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, JAN-JUN (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	2005	2006 ²
Agricultura	958,9	1.316,4
Custeio Agropecuário	109,4	86,5
Investimento Rural	27,6	300,8
Preços Agrícolas	381,8	549,9
- EGF	1,1	1,7
- AGF	278,2	184,5
- Sustentação de preços	102,4	363,8
Pronaf	112,3	40,6
Pesa	278,9	233,3
Cacau	0,0	0,6
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incra	48,8	104,6
Outros	533,8	-11,2
Habitação (PSH)	116,3	231,5
FND	115,3	-291,8
Exportação (Proex)	302,2	49,1
Total	1.492,7	1.305,3

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
/2 Dados revisados

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	MAIO/06	JUN/06
Sentenças Judiciais	12,5	15,1
Legislativo/Judiciário	380,0	369,5
Crédito Extraordinário	199,3	320,5
Projeto Piloto de Investimento ³	118,6	254,0
Outras Obrigatórias ¹	42,6	62,6
Discionárias ²	6.755,4	5.852,4
d/q Min. da Fazenda	106,9	211,0
Gab. da Pres. da República	48,3	103,2
Min. da Integração Nacional	56,8	83,6
Min. da Previdência Social	89,7	112,7
Min. da Desen. Social	800,4	818,1
Min. do Meio Ambiente	22,1	38,1
Min. da Educação	637,0	507,5
Min. do Des. Agrário	318,3	116,4
Min. da Saúde	3.345,5	2.864,8
Demais	1.330,5	997,1
Total	7.508,4	6.874,1

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
/3 Inclui despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).



bilhão), Saúde (R\$ 729,6 milhões), Educação (R\$ 464,2 milhões) e Integração Nacional (R\$ 306,1 milhões).

Previdência Social

Em junho, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 3,2 bilhões, R\$ 154,6 milhões abaixo do verificado no mês anterior, decorrente, basicamente, do aumento de 0,9% na arrecadação líquida e diminuição de 0,6% nas despesas previdenciárias. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 19,0 bilhões, contra R\$ 16,1 bilhões observados até junho de 2005.

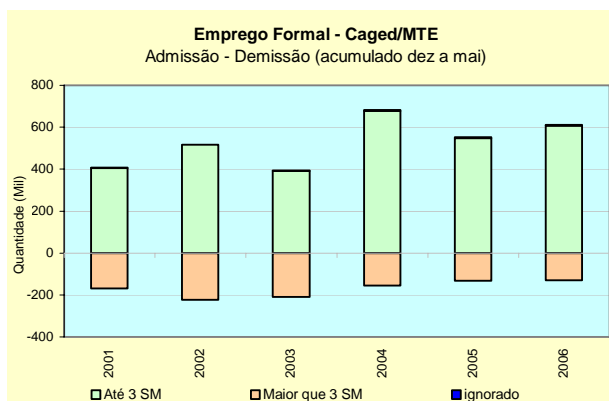
Em junho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,2 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 19,0 bilhões, equivalente a 1,92% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	MAI 2006	JUN 2006	JAN-JUN	
			2005	2006
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	9.573,3	9.655,5	49.029,3	55.225,9
Arrecadação Bruta	10.343,9	10.461,8	52.829,3	60.314,3
- Contribuição Previdenciária	9.583,6	9.545,4	49.237,0	55.498,0
- Simples	601,7	673,1	2.281,7	3.500,7
- CFT	9,3	110,3	333,1	335,9
- Depósitos Judiciais	108,9	88,7	705,9	729,1
- Refis	23,9	26,8	185,3	149,1
- Outras Receitas	16,5	17,5	86,2	101,5
(-) Restituição/Devolução	-40,6	-27,8	-262,5	-184,5
(-) Transferências a Terceiros	-729,9	-778,5	-3.537,4	-4.903,9
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	12.884,8	12.812,4	65.118,6	74.201,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.311,5	-3.156,8	-16.089,3	-18.975,3
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,75%	-1,92%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-JUN (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	49,0	55,2	12,6%
Benefícios	65,1	74,2	13,9%
Resultado Primário	-16,1	-19,0	17,9%

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu em R\$ 6,2 bilhões (12,6%) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, foram gerados 482 mil novos empregos entre dezembro e maio de 2006, frente a 419 mil novos postos observados em igual período do ano anterior (crescimento de 15,0%).



Durante os seis primeiros meses de 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 74,2 bilhões, representando crescimento de R\$ 9,1 bilhões (13,9%) em relação ao mesmo período de 2005. Isso é explicado por dois fatores: i) aumento de 7,8% no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 492,1 mil (2,4%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,3	24,0	2,8%
Quantidade RGPS*	20,6	21,1	2,4%
Valor médio Total**	456,6	495,0	8,4%
Valor médio RGPS**	479,7	517,3	7,8%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

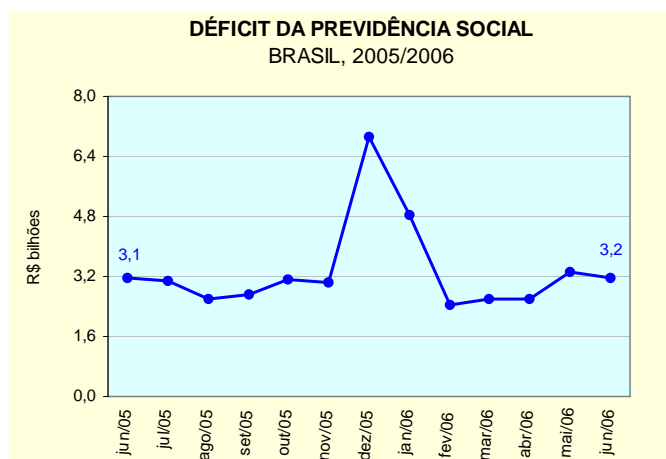
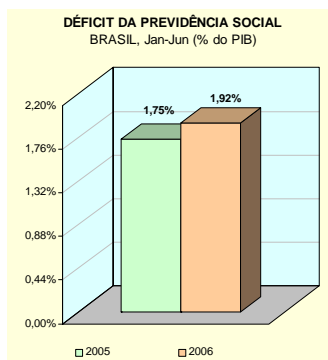
**TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006**

	Em mil benefícios			
	MAI	JUN	MÉDIA JAN-JUN	
	2006	2006	2005	2006
TOTAL	23.970	24.036	23.303	23.962
Benefícios do RGPS	21.103	21.153	20.619	21.112
Previdenciários	20.378	20.428	19.864	20.375
Aposentadorias	13.235	13.262	12.718	13.175
Idade	6.768	6.796	6.510	6.743
Invalidez	2.717	2.724	2.556	2.706
Tempo de contribuição	3.750	3.742	3.653	3.726
Pensão por morte	5.853	5.853	5.667	5.824
Auxílio-Doença	1.214	1.239	1.406	1.304
Salário - maternidade	42	43	45	40
Outros	34	31	27	33
Acidentários	725	725	756	736
Aposentadorias	146	146	138	145
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	93	92	130	104
Auxílio - acidente	269	269	266	268
Auxílio - suplementar	88	88	91	88
Assistenciais	2.858	2.875	2.674	2.841
Amparos Assistenciais - LOAS	2.363	2.384	2.121	2.340
Idoso	1.117	1.130	971	1.102
Portador de deficiência	1.247	1.254	1.150	1.238
Pensões mensais vitalícias	16	16	17	17
Rendas mensais vitalícias	478	474	536	484
Idade	149	147	174	152
Invalidez	329	327	362	333
Encargos Previdenciários da União (EPU)	10	9	10	9

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,34%	5,58%
Benefícios	7,09%	7,50%
Resultado Primário	-1,75%	-1,92%

O crescimento do número médio de benefícios pagos no primeiro semestre de 2006 contra a média do mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 463,7 mil aposentadorias (3,6%), 219,1 mil benefícios assistenciais – LOAS (10,3%) e 156,4 mil pensões por morte (2,7%).

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,24 ponto percentual em relação ao primeiro semestre do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,40 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 1,92% do PIB, sendo assim 0,16 ponto percentual superior a 1,75% do PIB registrado no período correspondente em 2005.



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de junho com saldo de R\$ 530,9 bilhões, o que equivale a acréscimo de apenas 0,3% frente ao saldo do mês anterior. Verificou-se crescimento de R\$ 13,8 bilhões da Dívida Interna Líquida, acompanhado de aumento da participação dos títulos prefixados no conjunto da DPMFi e queda do custo médio. Por sua vez, houve redução da Dívida Externa Líquida, em função dos resgates de obrigações e da apreciação cambial no mês.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em junho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional aumentou R\$ 1,7 bilhão, passando de R\$ 529,2 bilhões, ao final de maio, para R\$ 530,9 bilhões. Em relação ao PIB, houve redução de 0,1 ponto percentual. A Dívida Interna Líquida e a Dívida Externa Líquida apresentaram comportamentos inversos, sendo que a primeira aumentou R\$ 13,8 bilhões e a segunda diminuiu R\$ 12,1 bilhões.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	JUN	MAI	JUN	MAI
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	293.429	377.141	390.970	377.141
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	896.348	997.517	1.014.742	997.517
Dívida Contratual da STN	-448.764	-448.653	-448.654	-448.653
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-154.156	-171.722	-175.118	-171.722
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	177.966	152.073	139.929	152.073
Dívida Mobiliária em Poder do Público	147.373	119.588	108.906	119.588
Títulos Depositados em Garantia	-3.691	0	0	0
Dívida Contratual	34.614	32.855	31.335	32.855
Disponibilidades	-330	-370	-313	-370
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	471.395	529.214	530.899	529.214
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,4%	26,5%	26,4%	26,5%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional atingiu R\$ 530,9 bilhões em junho, nível próximo ao observado em maio.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 377,1 bilhões, em maio, para R\$ 391,0 bilhões, em junho. Em relação ao PIB acumulado em 12 meses, esse crescimento representa variação de 0,6 ponto percentual. Quanto aos seus componentes, a dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 17,2 bilhões, resultado das emissões líquidas, da ordem de R\$ 6,9 bilhões, e da apropriação por competência dos juros nominais. Os haveres contra-

Dívida Interna Líquida

tuais líquidos cresceram R\$ 3,4 bilhões, explicado pela variação positiva dos principais indexadores, IGP-DI (0,67%), IGP-M (0,75%) e TR (0,18%).

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005	2006	
	JUN	MAI	JUN
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	293.429	377.141	390.970
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	896.348	997.517	1.014.742
LFT	503.368	431.610	423.681
LTN	201.759	279.637	302.729
NTN-B	30.693	144.794	145.719
NTN-C	80.610	64.806	65.688
NTN-D	5.607	4.039	3.850
Demais	46.398	52.064	52.695
Dívida Securitizada	24.871	16.895	16.713
TDA	3.043	3.672	3.668
DÍVIDA CONTRATUAL	-602.919	-620.375	-623.772
<i>Tesouro Nacional</i>	-448.764	-448.653	-448.654
Dívida Bancária	24.925	24.456	24.379
Lei nº 7.976/89	-6.382	-5.473	-4.874
Lei nº 8.727/93	-48.039	-47.232	-47.133
Lei nº 9.496/97	-249.686	-253.676	-254.973
Renegociação Dívida Municipais	-37.556	-38.777	-39.002
Demais Haveres da STN	-132.026	-127.953	-127.052
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-154.156	-171.722	-175.118
FAT	-110.183	-122.960	-125.589
Demais Entidades	-43.972	-48.762	-49.528
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	48,4%	50,0%	50,5%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-32,5%	-31,1%	-31,0%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-24,2%	-22,5%	-22,3%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	15,8%	18,9%	19,5%

Em junho, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 391,0 bilhões.

Emissões e Resgates

As emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 41,5 bilhões, em junho, considerando-se ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, alcançaram R\$ 34,6 bilhões, resultando em emissão líquida de R\$ 6,9 bilhões. Destacam-se as emissões líquidas de LTN, as quais totalizaram R\$ 19,3 bilhões.

No mês de junho, houve emissão líquida da DPMFi no montante de R\$ 6,9 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública somaram R\$ 41,1 bilhões, sendo: i) R\$ 21,4 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro de 2007, 2008 e 2009; ii) R\$ 18,2 bilhões em LFT, com vencimentos em março de 2009 e 2011; iii) R\$ 1,1 bilhão em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2014; e iv) R\$ 376,0 milhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2009, 2011 e 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2024.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 405,5 milhões, sendo as mais importantes: i) R\$ 213,0 milhões em CFT-E1

para o Fies; ii) R\$ 124,9 milhões em NTN-I para o Proex; iii) R\$ 65,4 milhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas; e iv) R\$ 2,3 milhões em CFT-B para o Fundo Nacional Antidrogas (Funad).

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JUN/2006

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	41.097,8	405,5	40,3	41.543,6
LFT	18.244,3	0,0	7,9	18.252,2
LTN	21.415,6	0,0	15,5	21.431,1
NTN-B	376,0	0,0	13,7	389,7
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	1.061,8	0,0	3,2	1.065,1
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	65,4	0,0	65,4
Demais	0,0	340,2	0,0	340,2
II. RESGATES**	32.718,3	1.862,3	19,6	34.600,1
LFT	30.230,6	1.062,8	6,0	31.299,3
LTN	2.080,7	0,0	8,4	2.089,1
NTN-B	332,2	0,0	2,7	334,9
NTN-C	74,8	3,1	1,4	79,3
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	1,1	1,1
TDA	0,0	13,2	0,0	13,2
Securitizada*	0,0	372,8	0,0	372,8
Demais	0,0	410,4	0,0	410,4
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	8.379,6	-1.456,7	20,7	6.943,5

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em junho, o programa Tesouro Direto alcançou R\$ 40,3 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 38,5% do montante vendido, seguida pela NTN-B (incluindo a NTN-B principal), com 34,0%, e pela LFT (19,6%).

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2006 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 395,4 milhões e 12.456 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.126 novos investidores no Tesouro Direto, o que representou um aumento de 71,7% em relação a junho do ano passado. Destaca-se que o número de investidores cadastrados, desde o início do programa, atingiu 61.954 pessoas.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 40,3 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 15,5 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2007, janeiro e julho de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 13,7 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 7,9 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009, 2010 e 2011; e iv) R\$ 3,2 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em junho, atingiu R\$ 34,6 bilhões, sendo R\$ 28,9 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 5,7 bilhões referentes a cancelamentos, distribuídos da seguinte maneira: i) R\$ 5,7 bilhões em LFT aceitos nos leilões de troca desse título; e ii) R\$ 68,1 mil em TDA, para pagamento de ITR da União.

Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em junho, o Tesouro Nacional realizou leilão de NTN-B, remuneradas pelo IPCA, no qual foi emitido R\$ 376,0 milhões. No leilão realizado no dia 28 de junho, com liquidação financeira no dia 29 de junho, foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011, 2015, 2024, 2035 e 2045, sendo o título mais vendido a NTN-B com vencimento em 2015, representando 31,6% (R\$ 118,7 milhões) do total vendido. Destaca-se o prazo médio da emissão, que atingiu 94,5 meses, com 80,6% dos títulos emitidos a vencer em 4 anos ou mais.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de 1,89 ponto percentual na participação de títulos com rentabilidade prefixada, em função das emissões líquidas de LTN no valor de R\$ 19,3 bilhões e de NTN-F no valor de R\$ 1,1 bilhão. A participação de títulos remunerados pela taxa Selic apresentou redução de 1,56 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT no valor de R\$ 13,0 bilhões.

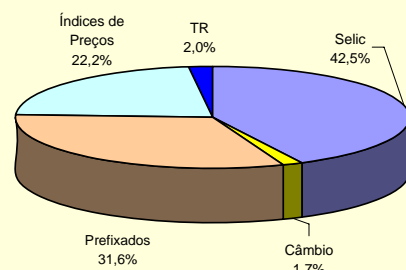
As emissões líquidas de LTN e NTN-F provocaram aumento de 1,89 ponto percentual dos títulos prefixados na composição da DPMFi. Em movimento inverso, os títulos indexados à taxa Selic reduziram sua participação em 1,56 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2005/2006 (%)

INDEXADOR	2005		2006
	JUN	MAI	JUN
Selic	57,56	44,05	42,49
Câmbio	2,25	1,79	1,68
Prefixados	23,32	29,70	31,59
Índices de Preços	14,40	22,42	22,22
TR	2,47	2,04	2,01

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, JUN/2006



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução, de 17,33% a.a., em maio, para 13,27% a.a., em junho, devido à: i) apreciação do real frente ao dólar americano (5,92%, em junho, contra depreciação de 10,11%, em maio), reduzindo significativamente o custo anualizado da NTN-D; ii) deflação do IPCA (0,21%, em junho, contra inflação de 0,10%, em maio), diminuindo os custos da NTN-B em 3,98 pontos percentuais; e iii) redução da taxa Selic (1,18%, em junho, contra 1,28%, em maio), reduzindo os custos da LFT em 0,53 ponto percentual. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi também caiu, passando de 15,30% a.a., em maio, para 14,88% a.a., em junho.

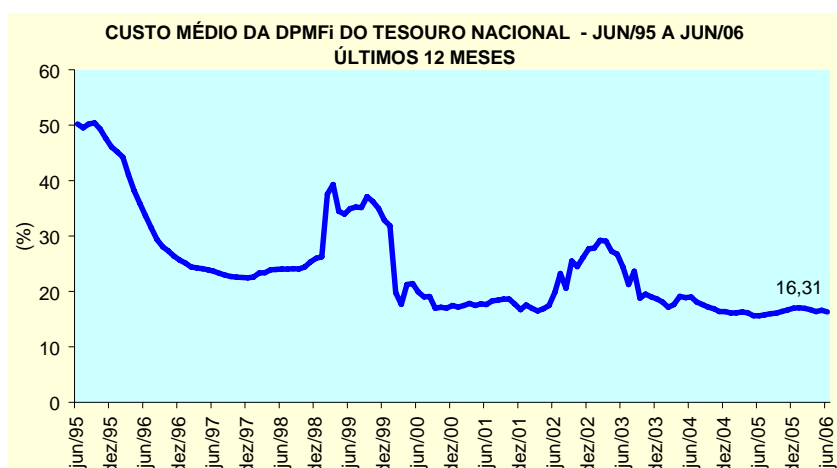
TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

		(% anual)	
PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005	Jun	16,91	15,98
	Jul	17,19	17,50
	Ago	16,95	16,39
	Set	17,17	15,08
	Out	18,84	19,04
	Nov	18,18	17,33
2006	Dez	17,09	18,44
	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
Jun	14,88	13,27	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em junho, o custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se em 4,06 pontos percentuais, reflexo da apreciação cambial, da deflação registrada pelo IPCA e da redução da taxa Selic.

No acumulado em 12 meses, o custo médio da DPMFi apresentou diminuição, ao passar de 16,61% a.a., em maio, para 16,31% a.a., em junho, em virtude da maior apreciação do real frente ao dólar (5,92%, em junho de 2006, contra 2,22%, em junho de 2005) e da maior deflação do IPCA (0,21%, em junho de 2006, contra 0,02% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 16,31% a.a., apresentando redução de 0,30 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Prazo Médio

Em comparação a maio, o prazo médio da DPMFi permaneceu praticamente estável (29,4 anos).

Em junho, o prazo médio da DPMFi permaneceu praticamente estável, apresentando redução de apenas 0,06 mês, em virtude do resgate líquido de LFT (R\$ 13,1 bilhões) e da emissão líquida de LTN (R\$ 19,3 bilhões) com prazo médio de 12,81 meses, superior ao de seu estoque em maio (10,01 meses). A vida média da DPMFi também apresentou pequeno decréscimo, passando de 44,46 meses, em maio, para 44,43 meses, em junho.

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

TÍTULOS	Meses		
	2005		2006
	JUN	MAI	JUN
LTN	6,73	10,01	9,37
LFT	18,34	18,03	19,60
NTN-B	94,10	58,65	57,47
NTN-C	66,80	79,42	78,51
NTN-D	16,24	10,23	9,24
TDA	64,02	60,51	59,58
Dívida Securitizada*	75,48	83,25	84,16
Demais	88,44	77,00	75,51
TOTAL	27,42	29,44	29,38

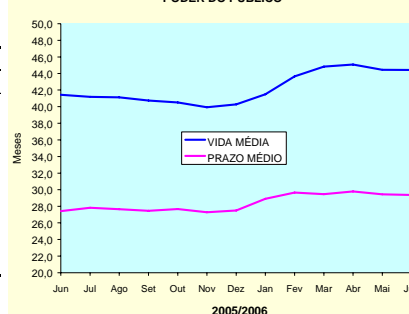
(*) Inclui dívida agrícola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
		Meses	
2005	Jun	41,44	21,01
	Jul	41,19	21,59
	Ago	41,13	21,43
	Set	40,75	21,43
	Out	40,52	21,87
	Nov	39,93	21,65
2006	Dez	40,28	21,90
	Jan	41,50	23,50
	Fev	43,67	24,59
	Mar	44,83	24,43
	Abr	45,09	24,83
	Jun	44,43	24,55

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Dívida Externa Líquida

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 12,1 bilhões (0,7 ponto percentual do PIB).

Em junho, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês em R\$ 139,9 bilhões, com redução de 8,0% em relação a maio, em razão: i) da apreciação da moeda nacional em relação ao dólar americano; ii) do adiantamento pelo governo brasileiro à última Agência do Clube de Paris (holandesa); iii) da continuidade do programa de resgate antecipado de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal externa – DPMFe; e iv) da operação de *Tender Offer*, realizada em junho pela Secretaria do Tesouro Nacional (ver boxe 3). Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu queda de 2,2%, encerrando o mês com saldo de US\$ 64,7 bilhões.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005		2006
	JUN	MAI	JUN
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	147.373	119.588	108.906
Bônus de Renegociação	31.743	534	503
Bônus de Captação	115.630	119.053	108.404
II. DÍVIDA CONTRATUAL	34.614	32.855	31.335
Organismos Multilaterais	21.127	25.422	23.929
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.380	7.428	7.407
Clube de Paris	6.106	5	0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	181.987	152.443	140.241
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.691	0	0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-330	-370	-313
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	177.966	152.073	139.929
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	9,6%	7,6%	7,0%

O serviço da DPFe, em junho, totalizou R\$ 5,7 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão referente ao pagamento de juros e encargos e R\$ 4,1 bilhões ao pagamento de principal – a maior parte relativa à dívida mobiliária. Destes últimos, R\$ 2,9 bilhões referem-se ao montante resgatado na operação de *Tender Offer* e R\$ 1,0 bilhão ao programa de resgate antecipado de títulos da DPMFe.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JUN/2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	4.108,6	1.562,3	5.670,9
I.1. Organismos Multilaterais	44,4	53,0	97,4
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	115,9	19,5	135,4
I.3. Clube de Paris	4,9	0,2	5,1
I.4. Dívida Mobiliária	3.943,4	1.489,7	5.433,1
Eurolíra 2017	0,0	120,0	120,0
Euro 2007 - Recompra Bacen	7,9	1,1	8,9
Euro 2009 - Recompra Bacen	104,7	21,5	126,2
Euro 2010 - Recompra Bacen	123,0	30,6	153,6
Global 2007 - Recompra Bacen	5,2	0,5	5,7
Global 2008 - Recompra Bacen	111,9	11,4	123,3
Global 2009 - Recompra Bacen	276,7	75,0	351,7
Global 2009	0,0	20,9	20,9
Global 2010 - Recompra Bacen	295,2	58,7	353,9
Global 2013	0,0	147,5	147,5
Global 2030	0,0	9,8	9,8
Global BRL 2016	0,0	212,5	212,5
Marco Alemão 2007 - Recompra Bacen	43,0	2,1	45,2
Marco Alemão 2008 - Recompra Bacen	34,4	3,2	37,6
Operação Tender Offer	2.914,9	773,6	3.688,5
Samurai 2007 - Recompra Bacen	26,6	1,3	27,9

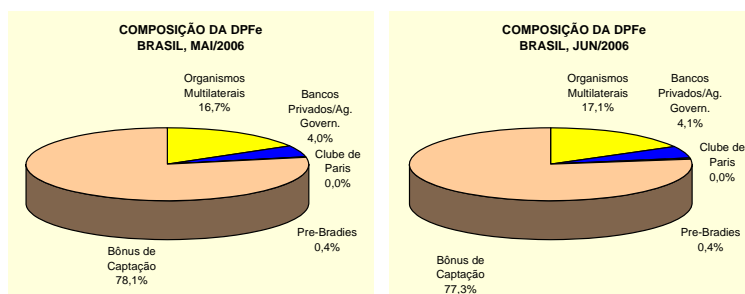
(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 5,7 bilhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, os Bônus de Captação reduziram-se em 0,80 ponto percentual, em virtude do programa de resgate antecipado e da operação de *Tender Offer*. Em contrapartida, as obrigações junto aos Bancos Privados/Agências Governamentais e aos Organismos Multilaterais aumentaram 0,41 e 0,39 ponto percentual, respectivamente, devido à acomodação estatística desses saldos e à ocorrência de novos desembolsos dessas instituições, sem contratação de novos empréstimos.

Composição

Em junho, a participação dos bônus de captação no conjunto da DPFe aumentou 0,80 ponto percentual, em função dos resgates antecipados de títulos da dívida externa.



Prazo e Custo Médio

O prazo médio da dívida mobiliária externa sofreu acréscimo em relação a maio, passando de 6,78 anos para 6,82 anos, devido à predominância de títulos de curto prazo em relação aos de longo prazo no programa de resgate antecipado, que é direcionado a títulos vencidos até 2010, e da operação de *Tender Offer*. Este movimento está em linha com o objetivo destas operações, que é a redução da vulnerabilidade externa do país e, em última instância, dos custos de financiamento da dívida. A vida média também aumentou, ao passar de 13,62 anos, em maio, para 13,80 anos, em junho, pelos mesmos motivos mencionados. O custo médio, em dólares, permaneceu praticamente estável, passando de 9,71% a.a., em maio, para 9,70% a.a., em junho.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006
	JUN	MAI	JUN
PRAZO MÉDIO (1)	5,66	6,78	6,82
Bônus de Renegociação	5,46	3,34	3,25
Bônus de Captação	5,72	6,79	6,84
Globais	6,60	7,57	7,64
Euros	2,88	3,65	3,63
Demais	1,65	1,09	1,00
VIDA MÉDIA (2)	11,64	13,62	13,80
Bônus de Renegociação	9,69	7,29	7,21
Bônus de Captação	12,17	13,65	13,83
Globais	14,60	15,74	15,99
Euros	4,43	4,82	4,78
Demais	1,74	1,10	1,02
CUSTO MÉDIO (3)	9,21	9,71	9,70
Bônus de Renegociação	6,06	6,00	6,00
Bônus de Captação	10,07	9,73	9,71
Globais	10,38	9,85	9,83
Euros	9,76	9,78	9,75
Demais	6,05	6,59	6,59

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

Em junho, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 6,82 anos. O custo médio, por sua vez, reduziu-se para 9,70% a. a.

Boxe 3 – Tender Offer

O Tesouro Nacional realizou entre os dias 5 e 8 de junho uma oferta pública de compra (*Tender Offer*) de títulos da Dívida Pública Federal externa (DPFe), denominados em dólares e euros. A previsão era de resgate antecipado de até US\$ 4 bilhões de principal, em valor de face, referentes a 20 bônus soberanos, com vencimentos entre 2007 e 2030.

Esta medida, assim como as demais recentemente implementadas – resgate antecipado dos *Brady Bonds*, recompra dos títulos com vencimentos até 2010, entre outras – teve por objetivo reduzir a vulnerabilidade externa do país, ao diminuir tanto o risco cambial quanto o de refinanciamento, melhorando o perfil da curva de juros da dívida externa e, conseqüentemente, reduzindo o custo de financiamento do Tesouro Nacional.

A operação totalizou cerca de US\$ 1,28 bilhão em valor de face, sendo 97,2% em títulos denominados em dólares e o restante em títulos denominados em euros. O Tesouro Nacional pagou na liquidação, em 19 de junho, o preço de compra dos bônus, acrescido dos juros devidos, resultando em desembolso de US\$ 1,62 bilhão.

A diferença entre o volume esperado e o efetivo da operação de recompra pode ser explicado, em grande medida, pela baixa propensão dos investidores estrangeiros em se desfazer de suas posições em ativos brasileiros, mesmo em um momento de elevada volatilidade nos mercados emergentes, originada pela expectativa de elevação das taxas de juros na economia norte-americana. Com isso, a *Tender Offer*, por um lado, alcançou o intento de melhorar o perfil do endividamento brasileiro e, por outro, mostrou que a percepção dos investidores estrangeiros, especialmente quanto aos fundamentos e sustentabilidade, dissocia o Brasil da situação dos demais países emergentes, dado o pouco impacto que a crise teve no país, ao contrário da volatilidade sofrida pelos demais.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Junho 2005/2006

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Junho 2005/2006

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
I. RECEITA TOTAL	40.441,6	40.193,2	39.248,5	36.722,7	41.439,6	39.810,6	55.817,9	45.552,6	38.580,9	41.427,0	48.862,2	42.325,2	44.371,9
I.1. Receitas do Tesouro	31.692,4	31.604,4	30.212,9	27.864,4	32.627,2	30.660,0	40.231,3	37.276,1	29.132,5	32.082,8	39.461,1	32.633,4	34.589,6
I.1.1. Receita Bruta	33.419,6	33.960,3	31.298,3	30.268,1	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.702,7	29.521,9	32.541,5	39.891,6	33.058,6	36.137,3
- Impostos	15.977,8	12.899,3	13.097,6	12.424,5	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7
- Contribuições	14.810,5	16.309,9	15.010,9	15.206,0	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,0
- Demais (1)	2.631,3	4.751,1	3.189,9	2.637,6	4.690,6	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.514,3	3.764,1	7.520,4	5.019,2	2.748,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.727,2	-2.356,0	-1.085,4	-2.403,6	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.589,1	8.474,5	8.952,4	8.748,2	8.699,0	9.044,1	15.486,6	8.203,7	9.318,6	9.193,9	9.280,9	9.573,3	9.655,5
I.3. Receitas do Banco Central	160,1	114,3	83,3	110,1	113,3	106,5	100,0	72,8	129,8	150,3	120,2	118,5	126,8
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.648,0	6.463,2	6.751,1	5.401,6	6.330,7	8.216,6	9.266,7	8.434,3	7.274,0	6.363,0	7.058,2	8.673,4	7.924,1
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.625,7	4.652,7	4.822,5	4.058,9	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5
II.3. Transferências da Cide	0,0	453,5	0,0	0,0	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0	0,0
II.4. Demais	664,9	1.012,0	1.563,4	978,8	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	33.793,6	33.730,0	32.497,5	31.321,0	35.108,9	31.593,9	46.551,2	37.118,3	31.306,9	35.064,0	41.804,0	33.651,8	36.447,8
IV. DESPESA TOTAL	27.974,5	28.972,6	28.715,7	28.534,1	29.255,7	30.315,9	50.560,4	33.097,3	27.732,2	27.831,7	27.119,3	30.706,6	30.556,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	7.561,2	8.617,9	7.031,6	7.134,2	6.858,8	8.110,2	10.894,7	10.023,7	8.078,1	7.926,2	7.250,8	7.463,2	7.801,3
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.735,9	11.561,3	11.560,7	11.461,3	11.836,4	12.071,4	22.400,5	13.047,8	11.759,4	11.806,3	11.890,6	12.884,8	12.812,4
IV.3. Custeio e Capital	8.506,2	8.616,0	9.801,0	9.765,0	10.365,5	10.000,8	17.079,3	9.935,3	7.719,8	7.897,4	7.777,3	10.172,3	9.690,1
IV.3.1. Despesa do FAT	860,6	1.309,3	1.737,4	1.272,7	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.260,1
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	347,7	525,5	349,6	1.001,1	1.531,4	553,7	3.235,2	2.199,6	421,7	30,9	355,2	596,8	540,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	819,6	821,7	826,6	830,3	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.478,3	5.959,5	6.887,4	6.660,8	6.915,6	7.405,4	12.065,6	5.933,9	5.916,4	6.012,1	5.641,6	7.508,4	6.874,1
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	50,3	49,3	22,7	53,7	55,9	15,9	34,5	1,5	67,0	55,9	63,7	56,3	53,0
IV.5. Despesas do Banco Central	121,0	128,1	299,8	120,0	139,2	117,5	151,5	89,0	107,9	145,9	137,0	130,0	199,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	5.819,1	4.757,4	3.781,7	2.786,9	5.853,2	1.278,0	-4.009,2	4.021,0	3.574,8	7.232,3	14.684,7	2.945,2	5.891,2
V.1. Tesouro Nacional	8.926,8	7.858,0	6.606,5	5.509,9	9.016,4	4.316,5	2.956,2	8.881,4	5.993,6	9.840,3	17.311,2	6.268,2	9.121,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.146,8	-3.086,8	-2.608,3	-2.713,1	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8
V.3. Banco Central (6)	39,1	-13,8	-216,5	-9,9	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	168,2	331,2	435,0	209,0	154,0	110,4	0,0	234,7	161,7	350,3	179,3	280,7	259,6
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	72,8	526,2	291,7	-66,1	314,7	-1.042,3	-381,4	-945,2	-465,1	-1.968,2	1.447,9	-80,2	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	6.060,0	5.614,8	4.508,5	2.929,8	6.321,9	346,1	-4.390,6	3.310,5	3.271,3	5.614,5	16.311,9	3.145,7	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-13.248,6	-11.733,1	-12.024,2	-13.282,8	-11.479,2	-9.183,6	-8.855,6	-14.853,2	-9.075,5	-11.395,8	-11.892,0	-6.633,7	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-7.188,6	-6.118,3	-7.515,8	-10.353,0	-5.157,3	-8.837,6	-13.246,2	-11.542,7	-5.804,2	-5.781,3	4.419,9	-3.487,9	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	517,5	453,6	460,4	504,9	462,4	779,4	757,7	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8
RMV (4)	159,0	157,8	156,8	155,4	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	41.811,0	38.322,5	41.315,0	38.691,3	38.160,8	44.240,0	62.315,5	33.810,8	42.099,5	41.712,1	41.830,1	47.219,4	46.998,4
I.1 - Recolhimento Bruto	30.828,8	28.092,0	29.680,8	27.513,9	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.469,9	930,0	1.642,1	1.527,7	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.509,8
I.4 - Receita das Operações de Crédito	259,3	207,8	221,8	164,4	188,1	107,3	157,8	95,2	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7
I.5 - Receita do Salário Educação	176,9	317,4	322,4	356,9	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.056,3	8.724,6	9.374,9	9.078,4	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.604,2	9.754,3	9.368,5	10.991,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	19,8	50,6	73,0	50,0	3,2	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0
II. DESPESAS	40.690,7	45.089,0	39.058,8	42.664,6	42.385,6	50.038,4	56.790,7	48.187,2	39.881,2	37.319,4	47.111,0	47.447,8	49.225,3
II.1 - Liberações Vinculadas	8.186,5	7.766,1	8.274,0	6.647,5	7.730,6	10.119,2	10.288,4	10.599,4	7.925,4	6.735,9	10.202,4	10.106,3	9.688,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.997,9	4.958,3	5.136,9	4.321,5	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	422,2	928,5	1.277,4	450,5	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	357,4	344,9	365,2	363,9	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.409,1	1.534,3	1.494,5	1.511,6	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5
II.2 - Liberações Ordinárias	32.504,2	37.323,0	30.784,8	36.017,1	34.655,0	39.919,2	46.502,3	37.587,8	31.955,7	30.583,5	36.908,5	37.341,4	39.537,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	9.490,7	7.441,3	7.560,9	7.380,2	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,8	8.228,0	8.251,4	7.580,5	8.080,6	10.268,4
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.467,6	4.782,0	1.648,4	3.421,9	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3
i) Dívida Contratual Interna	139,5	69,0	110,2	112,6	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0
ii) Dívida Contratual Externa	1.328,0	4.713,0	1.538,2	3.309,3	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.366,6	6.747,4	2.836,5	5.519,3	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.261,0	11.187,2	11.273,4	11.419,1	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.457,1	12.524,3	12.289,7
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.475,5	6.654,0	7.210,3	7.831,3	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,4	6.600,6	5.831,2	6.659,1	6.633,7	7.836,9
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	442,7	511,0	255,2	445,2	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7	346,5
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	1.120,2	-6.766,6	2.256,2	-3.973,3	-4.224,8	-5.798,4	5.524,8	-14.376,4	2.218,3	4.392,7	-5.280,9	-228,4	-2.226,9
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	28.540,2	45.796,9	27.870,1	39.005,8	35.339,3	39.448,4	27.466,6	51.235,8	30.904,7	17.576,8	18.086,6	19.593,2	36.766,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	27.569,7	45.182,0	26.852,7	38.444,5	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	970,5	614,9	1.017,5	561,3	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	969,8
V. DESPESAS	25.778,7	41.200,8	30.959,9	30.072,0	31.313,0	18.316,2	18.022,1	40.953,0	15.575,9	15.370,0	48.384,4	26.146,8	25.607,1
V.1 - Amortização da Dívida Interna	19.285,0	39.351,3	27.510,6	26.393,2	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	19.159,2	39.253,1	27.393,3	26.281,6	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2
V.1.2 - Dívida Contratual	125,7	98,1	117,3	111,6	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	6.493,7	1.849,5	3.449,4	3.678,9	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	8.410,5	5.928,9	-540,6	12.163,0	3.796,8	20.737,2	11.493,0	14.034,5	19.489,8	4.601,8	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	5.902,7	-4.832,2	-1.710,5	8.728,9	-3.197,7	12.307,1	-20.329,7	-1.785,7	20.000,8	9.760,2	-48.726,1	-28.811,3	36.589,4

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.120,9	27.436,6	15.723,2	11.268,4	28.818,7	5.373,2	12.200,9	2.687,9	7.353,6	3.760,9	14.849,6	8.268,6	41.240,1
I.1. Emissão de Títulos	754,0	24.823,0	12.123,3	9.397,4	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.206,9	2.455,5	3.420,9	1.795,9	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	160,0	158,1	178,9	75,2	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	1.100,0	30.098,3	16.600,0	7.500,0	31.818,0	8.400,0	47.500,0	380,0	4.900,0	600,0	27.997,1	30.297,9	13.583,0
II.1. Resgate de Títulos	0,0	27.000,0	15.124,9	6.500,0	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5
II.2. Encargos da DPMF	1.100,0	3.098,3	1.475,1	1.000,0	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5
III. RESULTADO (I - II)	2.020,9	-2.661,8	-876,8	3.768,4	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	19,4	20,9	1,5	1,5	1,2	15,6	54,1	16,5	17,4	0,0	25,9	10,6	16,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,2	177,9	57,3	0,1	0,1	4,2	0,3	106,9	193,5	0,0	0,1	0,1	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-2,5	29,0	-49,8	75,6	215,5	154,4	291,4	84,9	50,9	54,6	100,8	198,0	60,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,4	1,0	1,1	1,2	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-42,9	7,5	-50,8	44,0	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	40,1	20,5	0,0	30,5	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2
IV. PRONAF	9,5	156,5	61,1	251,9	-14,6	27,2	219,6	41,2	23,8	-194,0	41,8	86,6	41,3
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	16,8	134,1	66,6	263,9	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-7,3	22,4	-5,5	-11,9	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0
V. PROEX	136,9	33,0	25,6	55,5	48,8	76,6	124,2	-33,3	24,5	-12,4	-33,6	22,7	81,2
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	28,3	55,5	34,0	24,1	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6
V.2. Concessão de Financiamento (1)	108,6	-22,5	-8,4	31,4	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2	79,6
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	278,9	12,0	28,1	404,4	92,4	17,9	295,7	78,4	26,8	7,0	19,2	11,7	90,3
VII. CACAU	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	3,9	2,5	26,9	20,1	90,7	0,0	0,0	0,0	3,0	3,4	0,0	142,4	82,6
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	884,4	11,6	1.803,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	11,3	9,5	97,3	62,3	107,9	81,7	137,5	-1,2	50,7	31,3	2,2	0,1	21,4
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-38,3	-53,8	-39,9	-41,0	-53,6	-40,3	95,8	-51,6	-40,0	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3
XII. TOTAL	419,4	387,5	208,2	830,6	1.372,9	349,0	3.023,0	241,8	351,3	-147,8	98,0	419,6	342,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
I. DÍVIDA INTERNA	293.429,1	299.444,0	304.528,7	321.578,0	321.774,0	347.713,8	368.647,9	362.136,8	390.461,0	401.566,7	377.494,3	377.141,2	390.970,4
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4
Dívida Bancária	24.925,3	24.922,5	24.911,2	24.900,7	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3
INSS	-17.501,1	-17.422,4	-17.352,7	-17.215,6	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3
Lei 7.976/89	-6.382,3	-6.464,3	-6.392,9	-5.993,5	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4
Bônus Renegociação	-13.553,0	-13.741,6	-13.576,1	-12.732,2	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4
Lei 8.727/93	-48.038,9	-48.010,5	-47.963,5	-47.901,2	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8
Lei 9.496/97	-249.685,8	-249.455,1	-248.730,6	-247.429,4	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-37.556,2	-37.661,9	-37.627,0	-37.484,6	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8
Recebíveis das Estatais	-36.972,9	-36.486,5	-36.535,0	-36.289,8	-37.249,0	-37.303,1	-37.850,3	-36.359,1	-36.265,7	-36.456,5	-36.194,2	-35.196,4	-35.060,5
Outros	-44.374,8	-44.092,9	-43.757,4	-43.206,1	-43.147,8	-43.554,9	-43.681,8	-43.570,9	-43.142,8	-43.043,0	-42.834,5	-42.050,5	-42.068,2
Fat	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4
Demais Entidades	-43.972,2	-44.331,8	-44.894,3	-45.381,3	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.528,4
Créditos das Operações Oficiais	-13.136,0	-13.276,2	-13.908,0	-13.412,0	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3
Arrecadação a Recolher	-6.488,0	-8.863,0	-7.375,0	-7.055,4	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.290,0
II. DÍVIDA EXTERNA	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8
Dívida Mobiliária	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0
Dívida Contratual	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2
Disponibilidades	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	471.394,7	473.445,8	478.044,3	489.641,3	488.092,2	510.991,2	542.440,0	524.794,6	542.671,1	553.289,7	513.207,8	529.214,0	530.899,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,4%	25,4%	25,4%	25,9%	25,6%	26,6%	28,0%	26,9%	27,6%	28,0%	25,9%	26,5%	26,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	147.373,0	142.731,4	142.485,5	139.016,0	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	31.743,2	32.119,3	21.098,8	19.801,3	16.222,4	15.882,0	16.844,2	15.796,1	14.834,8	14.535,2	485,3	534,3	502,7
Brazil Investment Bond (BIB)	618,7	629,3	622,2	550,6	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7
Par Bond (PB)	3.605,8	3.559,6	3.518,4	3.307,8	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-	-
Discount Bond (DB)	3.079,8	3.074,6	3.039,6	2.857,6	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.685,5	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	878,1	893,1	883,1	830,2	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.174,8	13.399,6	2.590,8	2.435,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	7.267,6	7.391,6	7.308,7	6.871,2	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.958,6	1.992,1	1.969,7	1.851,8	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-	-
Eligible Interest (EI)	1.159,6	1.179,4	1.166,2	1.096,4	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	115.629,7	110.612,1	121.386,6	119.214,7	120.767,2	119.044,0	127.311,7	118.587,5	111.783,4	111.530,9	107.692,4	119.053,4	108.403,5
A-Bond	-	-	10.656,9	10.018,9	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9
Euro 2005	3.523,2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2006	1.958,0	1.995,0	2.005,5	1.838,2	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.767,5
Euro 2007	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3
Euro 2009	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3
Euro 2010	2.134,4	2.174,8	2.186,2	2.003,8	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8
Euro 2011	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1
Euro 2012	2.845,9	2.899,7	2.914,9	2.671,8	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.768,1
Euro 2015	1.422,9	1.449,8	1.457,5	1.335,9	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	2.028,6	2.106,2	2.059,1	2.358,3	2.214,5
Euro libra 2007	631,2	630,4	639,3	587,8	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1
Euro lira 2017	1.102,3	821,7	1.129,0	1.034,8	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2
Global 2005	2.350,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2006	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-	-	-	-	-
Global 2007	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6
Global 2008	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8
Global 2009	6.463,6	6.573,9	6.500,2	6.111,1	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.468,9
Global 2010	5.876,0	5.976,3	5.909,3	5.555,5	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.815,7
Global 2011	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0
Global 2012	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4
Global 2013	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6
Global 2014	2.938,0	2.988,1	2.954,6	2.777,8	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0
Global 2015	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1
Global 2019	3.525,6	3.585,8	3.545,6	3.333,3	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5
Global 2020	2.350,4	2.390,5	2.363,7	2.222,2	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2
Global 2024	6.991,7	7.111,0	7.031,3	6.610,4	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8
Global 2025	2.938,0	2.988,1	2.954,6	5.000,0	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7
Global 2027	8.226,4	8.366,8	8.273,0	7.777,7	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0
Global 2030	3.760,6	3.824,8	3.781,9	3.555,5	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1
Global 2034	4.700,8	4.781,0	4.727,4	4.444,4	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9
Global 2037	-	-	-	-	-	-	-	2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5
Global 2040	12.121,7	12.328,6	12.190,3	11.460,6	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0
Global BRL 2016	-	-	-	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Marco Alemão 2007	1.455,1	1.084,7	1.490,4	1.366,0	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9
Marco Alemão 2008	1.091,3	813,5	1.117,8	1.024,5	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9
Samurai 2006	1.271,5	1.275,5	1.281,0	1.174,3	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-	-	-	-
Samurai 2007	1.695,4	1.700,7	1.708,0	1.565,7	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.691,4	-3.629,2	-3.723,4	-3.289,1	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	0,0	0,0	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	34.613,5	35.240,4	35.094,3	32.665,9	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6
V. TOTAL (I+II+III+IV)	177.965,6	174.001,8	173.515,6	168.063,3	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	9,6%	9,3%	9,2%	8,9%	8,7%	8,5%	9,0%	8,3%	7,7%	7,7%	6,8%	7,6%	7,0%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.200.961,5	1.211.797,7	1.216.689,7	1.233.347,3	1.240.924,8	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7	1.306.117,6	1.320.442,6	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0
I. Dívida em Mercado	896.348,3	906.625,4	910.879,9	924.596,5	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4
Dívida Securitizada	24.871,0	23.551,2	23.664,6	23.535,8	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3
TDA	3.043,0	3.044,6	3.060,2	3.220,6	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0
LTN	201.758,7	198.276,4	212.425,7	232.414,2	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8
LFT	503.367,9	516.363,8	505.969,8	498.798,1	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6
LFT-A	3.897,9	3.919,2	3.945,9	3.966,3	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2
LFT-B	4.651,0	4.279,7	3.901,0	3.497,9	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1
NTN-A	10.422,8	10.627,3	10.536,9	9.902,2	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7
NTN-B	30.693,1	37.333,0	37.906,5	39.579,5	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5
NTN-C	80.610,1	75.478,4	75.405,4	75.198,5	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2
NTN-D	5.607,0	5.676,0	5.652,9	5.807,8	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8
NTN-F	6.123,8	6.823,1	7.360,6	7.942,0	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3
NTN-I	1.531,8	1.576,4	1.573,4	1.507,6	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2
NTN-P	2.958,4	2.980,6	3.005,3	3.027,7	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2
CFT-A	10.757,6	10.601,3	10.426,2	10.271,2	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3
CFT-D	2.182,0	2.211,6	2.179,1	2.041,4	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0
Demais	3.872,2	3.882,8	3.866,5	3.885,6	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2
II. Dívida com BACEN	304.613,1	305.172,3	305.809,8	308.750,8	310.569,1	312.348,3	280.274,0	294.393,4	297.038,7	300.915,9	287.900,4	268.214,3	296.034,6
LTN	128.537,9	126.068,8	140.065,1	151.485,2	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7
LFT	130.980,7	132.988,3	120.253,6	117.194,4	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8
NTN-D	31.596,1	32.189,8	31.670,4	26.134,4	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2
Demais	13.498,4	13.925,4	13.820,8	13.936,8	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9
Dívida em Mercado/PIB	48,4%	48,6%	48,5%	48,8%	48,7%	49,7%	50,4%	50,4%	51,4%	51,5%	50,5%	50,0%	50,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jun/2005	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2006
I. INTERNA	-154.155,6	-156.629,5	-158.044,2	-159.199,3	-159.472,0	-161.358,6	-163.959,7	-167.282,0	-167.148,9	-167.365,5	-170.489,3	-171.722,1	-175.117,8
Dívida contratual	296,9	301,7	298,9	279,3	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9
FAT	-110.183,4	-112.297,7	-113.149,9	-113.818,1	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4
Aplicações financeiras	-3.989,8	-3.984,4	-4.055,6	-4.137,4	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6
Fundos Regionais	-26.290,4	-26.662,6	-27.043,1	-27.280,4	-27.703,6	-28.008,5	-28.603,3	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.802,8
Demais	-13.988,9	-13.986,5	-14.094,4	-14.242,8	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8
II. EXTERNA	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6
Disponibilidades	-329,5	-340,8	-340,8	-329,6	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-154.485,1	-156.970,2	-158.384,9	-159.528,9	-159.820,8	-161.813,5	-164.271,4	-167.604,9	-167.492,8	-167.673,5	-170.809,2	-172.091,9	-175.430,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,3%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,4%	-8,5%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,7%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ JUNHO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.045.375,4	302.993,0	174.537,5	158.940,5	32.355,7	973.265,1	591.853,0	406.344,9	243.247,1	239.865,0	116.818,4
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.300,0	1.635,8	734,9	730,5	14,4	2.195,8	2.074,0	1.064,1	986,2	986,2	37,3
Advocacia-Geral da União	89.808,2	59.129,6	27.221,2	26.815,3	4.949,7	77.288,3	73.883,0	59.883,1	33.546,8	30.585,4	11.412,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	811.858,7	394.203,7	227.576,6	209.478,0	70.443,7	780.868,6	564.660,0	277.654,1	226.945,8	197.691,1	73.295,3
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.537.108,5	1.389.856,2	627.824,6	513.559,5	246.433,0	2.304.095,0	1.943.299,0	875.469,7	615.124,0	493.271,0	224.196,0
Ministério da Fazenda	1.877.271,6	1.234.781,6	711.551,1	641.914,7	50.574,9	1.946.768,2	1.441.859,0	766.460,3	609.120,7	595.913,4	52.143,7
Ministério da Educação	6.965.241,6	3.764.976,8	1.920.559,8	1.699.578,2	786.066,2	7.284.690,2	6.770.323,0	3.185.923,8	2.220.860,3	2.160.253,9	773.344,7
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	486.622,7	252.209,8	150.557,3	146.616,7	11.851,2	450.409,3	367.187,0	209.319,1	176.134,0	173.805,6	16.633,0
Ministério da Justiça	1.049.006,1	404.683,2	266.089,3	250.283,6	92.274,8	858.760,5	727.093,0	324.018,5	255.507,9	247.109,5	119.896,5
Ministério de Minas e Energia	665.753,5	171.645,2	87.642,3	85.114,7	15.807,3	514.170,5	404.986,0	161.232,0	104.946,2	98.247,1	24.117,2
Ministério da Previdência Social	1.335.373,9	695.847,9	454.134,6	358.871,8	189.257,7	877.818,6	588.346,0	480.511,4	380.406,4	356.160,3	95.971,7
Ministério das Relações Exteriores	874.162,5	388.839,5	273.443,5	272.927,8	82.068,3	880.975,7	544.827,0	292.233,2	272.097,2	271.994,7	85.932,9
Ministério da Saúde	30.146.783,3	21.579.182,9	14.396.123,9	13.463.311,5	1.245.098,0	33.363.422,1	32.479.517,0	17.152.722,7	14.715.475,0	14.632.117,3	1.149.480,9
Ministério do Trabalho e Emprego	776.368,6	382.188,0	186.063,2	178.689,7	30.691,8	782.789,7	419.985,0	291.245,4	177.538,4	175.093,6	71.815,4
Ministério dos Transportes	779.501,5	395.384,4	165.307,3	159.041,6	65.055,3	860.963,1	467.015,0	210.222,8	111.939,2	105.179,6	57.707,3
Ministério das Comunicações	702.868,9	163.023,6	112.580,7	90.565,9	41.520,8	332.731,1	252.082,0	119.000,5	84.385,0	84.350,0	28.194,9
Ministério da Cultura	365.025,1	180.299,8	85.451,6	82.434,7	38.509,0	402.693,5	264.951,0	155.181,1	77.789,5	68.503,9	86.916,0
Ministério do Meio Ambiente	494.536,4	224.115,8	116.162,6	115.103,8	43.575,2	399.879,6	345.844,0	188.831,1	116.780,1	114.204,9	46.947,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	453.927,9	202.852,0	107.513,3	98.253,7	33.932,7	556.172,0	277.708,0	187.134,0	133.961,9	127.007,0	59.745,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	699.655,3	252.538,3	110.616,7	107.254,0	79.232,2	638.863,9	580.727,0	324.633,8	164.539,2	158.105,2	81.806,6
Ministério do Esporte	143.804,9	47.139,7	24.043,5	23.811,5	12.194,3	412.065,5	228.400,0	87.308,1	36.940,1	36.802,7	35.799,6
Ministério da Defesa	4.087.673,2	1.945.442,2	1.147.635,1	1.009.799,0	470.092,2	3.939.396,7	2.622.926,0	1.378.400,7	957.827,2	799.210,2	394.538,1
Ministério da Integração Nacional	251.936,7	94.847,4	44.503,9	41.743,3	28.629,7	299.002,6	179.724,0	87.495,1	57.839,0	55.662,0	50.507,9
Ministério do Turismo	355.662,2	124.871,8	57.962,8	57.001,1	41.119,3	357.953,3	224.130,0	171.051,0	61.799,2	61.710,7	36.546,7
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	7.231.510,9	3.623.411,8	3.205.879,7	3.193.485,1	170.642,3	10.223.606,7	9.831.066,0	4.699.498,3	3.966.911,9	3.927.658,9	85.237,2
Ministério das Cidades	405.896,1	237.709,8	97.308,6	92.830,8	22.460,9	402.651,9	313.862,0	184.925,8	111.465,9	106.346,2	37.220,9
Encargos Financeiros da União	162.557,7	119.602,5	11.824,8	11.824,8	-	340.785,8	190.396,0	135.355,6	118.562,1	97.036,3	29.807,4
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	1.048.740,6	43.699,4	30.298,9	30.298,9	18.366,2	47.650,1	46.852,0	25.616,2	25.603,3	25.603,3	4.044,3
Operações Oficiais de Crédito	123.443,6	98.160,9	10.308,4	10.308,4	-	56.672,2	53.740,0	53.658,5	7,6	7,6	-
TOTAL	65.969.775,5	38.775.272,5	24.831.457,8	23.130.589,0	3.923.216,8	70.368.605,6	62.799.315,0	32.492.394,8	26.058.287,1	25.440.482,6	3.850.116,0

Dados preliminares.

(*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ JUNHO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	109.045,6	7.572,6	3.081,0	3.036,1	28.959,2	110.372,2	113.172,0	19.055,7	6.270,2	5.884,7	30.915,4
Gabinete da Vice-Presidência da República	200,0	1,7	1,7	1,7	-	213,7	214,0	-	-	-	-
Advocacia-Geral da União	8.221,1	1.222,0	149,2	121,9	5.483,5	2.926,7	2.927,0	504,5	2,6	-	3.205,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	355.204,6	6.937,5	4.489,9	3.948,0	36.152,1	442.448,7	216.331,0	128.959,0	6.584,1	5.596,9	124.232,0
Ministério da Ciência e Tecnologia	654.615,4	68.873,6	41.303,3	27.066,2	39.324,3	619.884,1	617.078,0	111.042,7	9.495,4	7.592,7	106.724,9
Ministério da Fazenda (3)	526.783,3	34.495,4	12.997,3	12.607,7	9.897,8	387.680,9	280.219,0	7.328,7	5.127,2	4.646,3	79.776,1
Ministério da Educação	945.600,7	84.825,4	50.229,0	24.693,2	131.349,3	1.141.635,0	895.728,0	140.944,6	24.533,7	19.499,6	480.455,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	103.658,1	4.072,4	2.486,0	2.485,7	32.249,2	89.242,9	42.294,0	17.514,8	938,4	935,6	19.425,6
Ministério da Justiça	679.361,4	113.127,5	23.479,3	21.630,5	122.928,0	610.899,8	483.956,0	31.838,5	4.594,1	4.573,0	134.504,7
Ministério de Minas e Energia	39.743,5	2.649,0	745,1	704,4	6.331,3	115.502,7	43.938,0	1.556,5	778,5	776,9	2.982,7
Ministério da Previdência Social	151.575,6	4.980,1	510,9	42,9	15.233,9	298.986,2	223.475,0	9.146,5	-	-	43.982,8
Ministério das Relações Exteriores	69.601,8	8.282,6	5.938,2	5.938,2	1.028,7	39.506,4	39.131,0	2.949,8	2.579,4	2.579,4	2.820,1
Ministério da Saúde	2.615.420,6	216.031,7	46.470,1	41.934,9	434.751,7	3.106.919,2	2.671.547,0	1.093.509,0	52.048,2	48.040,3	760.319,8
Ministério do Trabalho e Emprego	29.548,6	13.400,5	4.258,0	3.973,4	5.000,5	24.809,0	22.165,0	4.195,3	1.524,6	1.284,6	6.209,5
Ministério dos Transportes	6.362.362,9	2.141.972,6	218.908,6	132.307,1	535.071,0	5.028.872,6	3.144.899,0	1.113.536,1	109.180,7	59.528,6	1.030.098,4
Ministério das Comunicações	151.300,8	22.081,0	3.306,5	3.306,5	12.287,8	110.035,6	54.400,0	4.421,0	4.260,5	768,5	17.538,5
Ministério da Cultura	137.988,4	32.534,4	4.928,3	3.599,2	13.080,0	131.338,3	92.418,0	54.921,8	3.376,8	1.452,5	24.895,3
Ministério do Meio Ambiente	115.529,5	6.306,5	783,2	783,2	9.447,2	94.119,4	62.390,0	4.486,1	1.730,3	1.558,3	20.690,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	18.768,4	1.280,1	925,9	925,3	6.824,6	62.934,7	29.701,0	7.614,4	1.898,9	328,7	4.752,5
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.234.679,9	629.094,2	564.380,3	564.100,3	87.230,8	1.673.249,5	1.474.748,0	760.541,0	352.948,4	348.796,6	101.153,6
Ministério do Esporte	478.064,7	19.390,6	2.384,6	2.384,6	16.976,3	469.178,5	287.900,0	275.520,1	602,1	602,1	74.440,8
Ministério da Defesa	1.422.197,0	380.673,4	131.154,1	122.250,5	292.531,5	1.945.363,7	1.142.947,0	394.441,0	39.799,1	34.369,8	318.856,3
Ministério da Integração Nacional	2.323.481,1	310.639,8	20.797,7	18.336,7	129.844,8	1.814.125,8	782.648,0	548.922,1	22.685,2	13.424,7	394.047,0
Ministério do Turismo	658.657,8	26.599,9	335,7	335,7	20.031,5	879.929,1	418.783,0	377.949,1	210,4	210,2	91.617,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	171.360,0	24.455,2	23.067,8	23.067,8	15.140,2	215.710,4	143.622,0	74.313,4	23.601,4	23.601,4	21.504,2
Ministério das Cidades	2.341.810,8	295.871,1	49.582,0	44.111,6	250.590,5	2.284.964,3	1.078.308,0	751.306,3	19.047,1	19.020,4	178.941,6
TOTAL	21.704.781,5	4.457.370,6	1.216.693,7	1.063.693,2	2.257.745,4	21.700.849,1	14.364.939,0	5.936.518,1	693.817,1	605.071,5	4.074.090,9

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.



TESOURO NACIONAL

FPE / FPM

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano IX - nº 6

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Junho / 2006

Comentários

Em Junho de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -2,7%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.154.522,8 (mil), em Junho de 2006, contra R\$ 5.296.579,2 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Maio	Junho	Janeiro a Junho	Maio	Junho	Janeiro a Junho	Jun / 2006	Jun / 2006	Jan a Jun/ 2006
							Mai / 2006	Jun / 2005	Jan a Jun/ 2005
FPM	2.452.018,7	2.375.614,8	13.470.424,0	2.708.977,0	2.636.321,2	15.025.082,0	-2,7 %	11,0 %	11,5 %
FPE	2.339.946,5	2.267.034,7	12.854.743,5	2.587.602,2	2.518.201,7	14.351.886,0	-2,7 %	11,1 %	11,6 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Junho de 2006 foram efetuados nos dias 09, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Junho	-5,0 %	-2,7 %	-5,0 %	-2,7 %	7,0 %	16,2 %

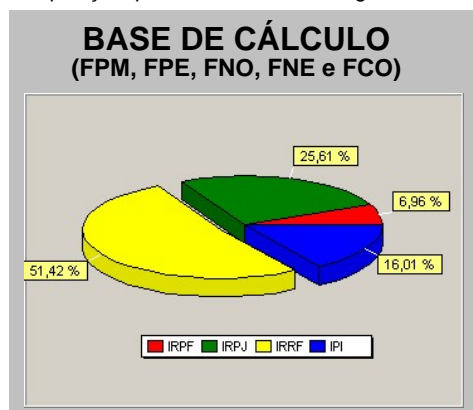
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	jul/jun	ago/jul	set/ago
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	-11,0 %	-1,0 %	-17,0 %
IPI-EXP	-6,0 %	-7,0 %	5,0 %

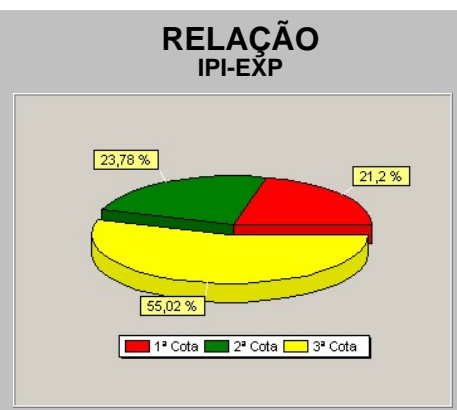
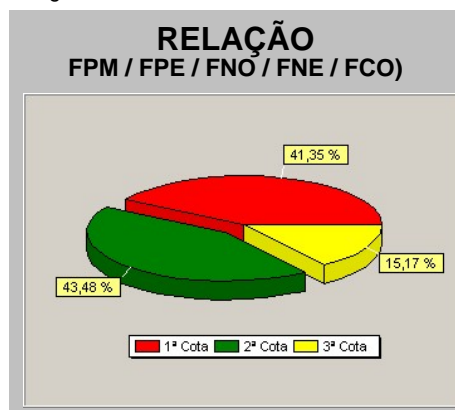
Composição dos Fundos

Em Junho de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/05/2006 a 20/06/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Mai/3º DEC	467.785,8	5.230.712,7	5.698.498,5	Jun/1º DEC	1.041.400,6	1.089.837,8	39.761,8	383.117,7	2.554.117,9
Jun/1º DEC	524.730,9	5.466.341,3	5.991.072,2	Jun/2º DEC	1.094.868,4	1.145.792,6	44.602,1	403.281,7	2.688.544,8
Jun/2º DEC	1.214.123,5	875.795,2	2.089.918,7	Jun/3º DEC	381.932,6	399.697	103.200,5	156.146,5	1.040.976,6
TOTAL	2.206.640,2	11.572.849,2	13.779.489,4	TOTAL	2.518.201,7	2.635.327,3	187.564,4	942.545,9	6.283.639,3
Jun/3º DEC	374.760,3	6.461.517,9	6.836.278,2	Jul/1º DEC	1.249.329,8	1.307.438,2	31.854,6	456.815,8	3.045.438,4

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	14.707	86.148	16	17.912
Alagoas	AL	62.730	104.760	637	30.693
Amazonas	AM	37.071	70.268	5.478	21.137
Amapá	AP	10.144	85.921	14	17.451
Bahia	BA	235.477	236.615	11.735	89.911
Ceará	CE	137.907	184.758	1.939	59.268
Distrito Federal	DF	5.581	17.381	82	5.053
Espírito Santo	ES	47.028	37.773	7.857	21.547
Goiás	GO	95.505	71.595	1.641	31.405
Maranhão	MA	108.725	181.769	1.973	67.084
Minas Gerais	MG	346.657	112.173	20.898	100.385
Mato Grosso do Sul	MS	39.049	33.542	1.338	14.551
Mato Grosso	MT	48.842	58.118	1.733	21.546
Pará	PA	95.715	153.912	7.828	58.048
Paraíba	PB	85.186	120.594	643	36.778
Pernambuco	PE	128.482	173.761	1.440	55.402
Piauí	PI	68.303	108.822	83	31.639
Paraná	PR	179.514	72.605	20.502	60.398
Rio de Janeiro	RJ	77.449	38.471	21.721	31.437
Rio Grande do Norte	RN	65.474	105.208	938	30.727
Rondônia	RO	23.970	70.902	268	17.093
Roraima	RR	12.836	62.469	11	13.338
Rio Grande do Sul	RS	176.149	59.299	25.645	58.271
Santa Catarina	SC	102.360	32.228	15.471	30.858
Sergipe	SE	37.354	104.639	130	25.386
São Paulo	SP	353.712	25.182	37.513	110.164
Tocantins	TO	40.395	109.290	31	26.516
Total		2.636.321	2.518.202	187.564	1.083.998

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Setembro	2005	25/10/2005
Outubro	2005	25/11/2005
Novembro	2005	16/12/2005
Dezembro	2005	25/01/2006
Janeiro	2006	23/02/2006
Fevereiro	2006	22/03/2006
Março	2006	19/04/2006
Abril	2006	22/05/2006
Maio	2006	23/06/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Junho / 2006

Comportamento no Mês

Em Junho de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.969.419,4 (mil), contra R\$ 3.225.194,0 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um decréscimo de -7,9% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o decréscimo da ordem de -15,0% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Maio	Participação	Junho	Participação	Jun / Mai
FPM	476.853	14,8 %	464.064	15,6 %	-2,7 %
FPE	456.636	14,2 %	444.389	15,0 %	-2,7 %
IPI-EXP	28.484	0,9 %	33.100	1,1 %	16,2 %
LC 87/96	24.345	0,8 %	121.724	4,1 %	400,0 %
COMPL. UNIÃO	20.722	0,6 %	20.722	0,7 %	0,0 %
ICMS	2.218.154	68,8 %	1.885.421	63,5 %	-15,0 %
TOTAL	3.225.194,0	100,0 %	2.969.419,4	100,0 %	-7,9 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

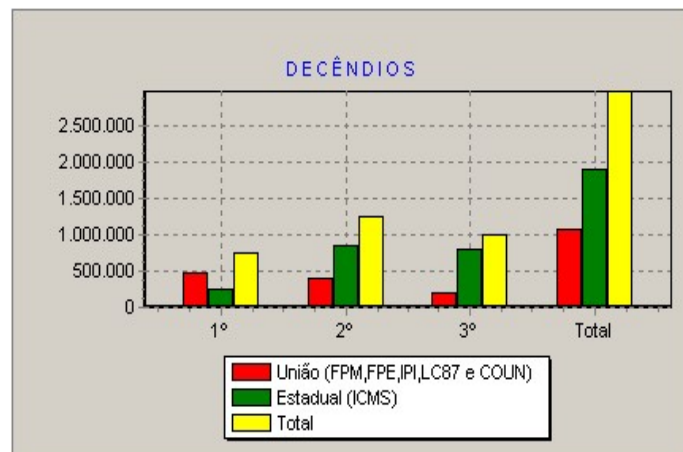
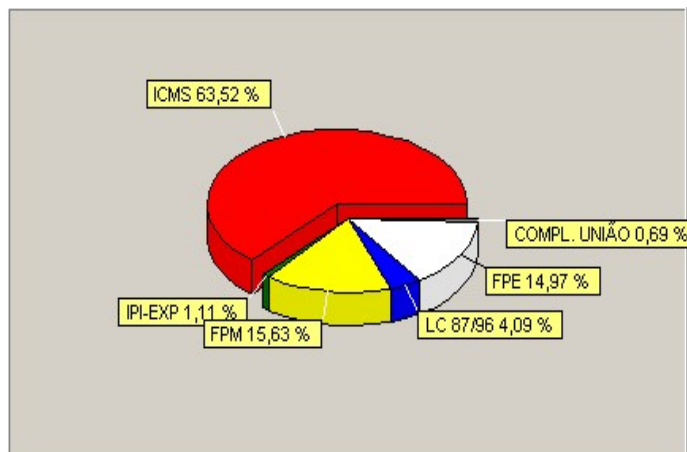
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
Acre	146.626	15.203	2.595	3	0	111	3.743	21.655	147,7	875,7
Alagoas	674.321	18.487	11.070	112	0	1.024	13.753	44.446	65,9	388,2
Amapá	127.625	15.163	1.790	2	0	495	3.129	20.579	161,2	925,6
Amazonas	745.772	12.400	6.542	967	0	1.228	38.831	59.968	80,4	475,6
Bahia	2.782.645	41.756	41.555	2.071	0	4.530	91.381	181.292	65,2	362,6
Ceará	1.531.674	32.604	24.336	342	0	1.985	32.215	91.484	59,7	369,6
Distrito Federal	300.965	3.067	985	14	0	987	0	5.053	16,8	81,2
Espírito Santo	497.527	6.666	8.299	1.386	0	5.196	50.751	72.299	145,3	806,9
Goiás	888.973	12.634	16.854	290	0	1.627	68.556	99.960	112,4	557,6
Maranhão	1.447.560	32.077	19.187	348	13.426	2.046	18.882	85.966	59,4	347,8
Mato Grosso	565.348	10.256	8.619	306	0	2.365	33.919	55.465	98,1	582,1
Mato Grosso do Sul	396.990	5.919	6.891	236	0	1.505	34.520	49.071	123,6	700,6
Minas Gerais	3.176.706	19.795	61.175	3.688	0	15.727	193.091	293.476	92,4	536,8
Paraíba	745.405	21.281	15.033	113	0	350	20.798	57.576	77,2	429,6
Paraná	1.527.232	12.813	31.679	3.618	0	12.288	117.780	178.178	116,7	657,6
Pará	1.533.369	27.161	16.891	1.381	7.296	5.318	49.325	107.373	70,0	365,7
Pernambuco	1.493.544	30.664	22.673	254	0	1.811	55.193	110.594	74,0	442,4
Piauí	639.212	19.204	12.053	15	0	368	13.928	45.567	71,3	397,0
Rio Grande do Norte	522.335	18.566	11.554	166	0	441	21.735	52.462	100,4	613,3
Rio Grande do Sul	1.503.203	10.464	31.041	4.526	0	12.240	149.539	207.810	138,2	759,3
Rio de Janeiro	2.005.935	6.789	13.667	3.833	0	7.148	162.858	194.295	96,9	576,7
Rondônia	295.378	12.512	4.230	47	0	304	16.461	33.554	113,6	628,1
Roraima	79.194	11.024	2.265	2	0	47	2.825	16.163	204,1	1.156,0
Santa Catarina	868.134	5.687	18.063	2.730	0	4.377	75.492	106.350	122,5	701,1
Sergipe	368.317	18.466	6.592	23	0	305	11.966	37.351	101,4	606,8
São Paulo	5.094.240	4.444	61.295	6.620	0	37.805	596.104	706.268	138,6	879,7
Tocantins	260.218	19.286	7.129	5	0	96	8.648	35.164	135,1	756,0
Total	30.218.448	444.388	464.064	33.099	20.722	121.724	1.885.421	2.969.418	98,3	575,2

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.